



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.328, DE 2014

(Do Sr. Renato Simões e da Sra. Erika Kokay)

Propõe atribuir à Base Aérea de Brasília a denominação "Base Aérea Presidente João Goulart".

DESPACHO:

DEVOLVA-SE A PROPOSIÇÃO, POR CONTRARIAR O DISPOSTO NO ARTIGO 84, INCISOS VI, ALÍNEA "A", E XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONFORME ART. 137, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "B", DO RICD. OFICIE-SE AO AUTOR, SUGERINDO-LHE A FORMA DE INDICAÇÃO. PUBLIQUE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica atribuída à Base Aérea de Brasília a denominação "Base Aérea Presidente João Goulart".

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Desde maio de 2013, com a decisão da Comissão Nacional da Verdade sobre a exumação do corpo do ex-presidente João Goulart e a investigação das causas de sua morte, o Brasil iniciou a reparação de uma das maiores injustiças históricas aqui já cometidas. Esta reparação se consumou com a anulação, em 18 de novembro de 2013, da seção da Câmara de 1º de abril de 1964, que cassou o mandato de João Goulart decretando a vacância do cargo de presidente e com a devolução simbólica do mandato, em seção de 18 de dezembro de 2013.

João Goulart exerceu um dos mais significativos mandatos presidenciais que o Brasil já teve. Há cinquenta e poucos anos, pautou de maneira pioneira temas de fundamental importância para o país, sobre os quais a nação ainda se debate e dos quais ainda se ressentir. Suas **reformas de base**, comandadas por nomes como Darcy Ribeiro, Celso Furtado, San Thiago Dantas, Roberto Lyra, Ulisses Guimarães e Afonso Arinos de Melo Franco, dentre outros, instituíram marcos institucionais de referência para a democracia brasileira, como o Estatuto do Trabalhador Rural. No mais, as reformas propostas e tolhidas pelo golpe foram e são referências para as que ainda hoje estão sendo propostas para o país. Pelas mãos de João Goulart temas como o das reformas agrária e urbana adentraram na pauta nacional e os projetos então propostos são claramente inspiradores dos que hoje estão sendo debatidos nesta Casa.

A memória de João Goulart, diferentemente da de outros presidentes de sua época como Juscelino Kubitschek, não foi devidamente cultivada e revitalizada. Neste momento no qual seu lugar na história do Brasil vem sendo finalmente valorizado e adequadamente pontuado, é oportuno que seu nome seja lembrado. A escolha da Base Aérea de Brasília para homenageá-lo tem um significado específico: de lá Jango foi levado para o exílio de vinte e seis anos no Uruguai e lá seu corpo foi simbolicamente recebido para o restabelecimento da verdade sobre sua morte, para as homenagens as quais fazia jus como

presidente que foi e, especialmente, para a devolução de seu mandato ilegalmente cassado, há cinquenta anos. O local diz muito sobre a vida e a importância de João Goulart e a história que o país viveu na madrugada do dia 1 de abril de 1964.

É fundamental, no mais, que a memória deste período da história do Brasil seja reavivada em tantos quantos monumentos, lugares e personagens quantos forem possíveis. O resgate e registro desses acontecimentos históricos é um direito das novas gerações e é nossa responsabilidade efetivá-lo.

Não por outra razão o atual Plano Nacional de Direitos Humanos tem como um dos eixos o restabelecimento da memória e da verdade sobre os fatos que cercaram a ditadura militar no Brasil. No documento de apresentação do plano, o Ministério da Justiça expõe que *"O capítulo que trata do Direito à Memória e à Verdade encerra os temas transversais do PNDH-3. A memória histórica é componente fundamental na construção da identidade social e cultural de um povo e na formulação de pactos que assegurem a não-repetição de violações de Direitos Humanos, rotineiras em todas as ditaduras, de qualquer lugar do planeta. Nesse sentido, afirmar a importância da memória e da verdade como princípios históricos dos Direitos Humanos é o conteúdo central da proposta. Jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial, refletir com maturidade sobre as violações de Direitos Humanos e promover as necessárias reparações ocorridas durante aquele período são imperativos de um país que vem comprovando sua opção definitiva pela democracia."*

A Base Aérea de Brasília é um lugar simbólico da trajetória política de João Goulart, ponto de sua passagem para o exílio e o ostracismo, mas também de seu retorno e do restabelecimento de sua memória e lugar na história do Brasil. A denominação deste espaço com o seu nome, portanto, visa contribuir com o propósito de fixar o seu nome para as novas gerações e de restabelecer a verdade sobre sua história.

Peço o apoio dos meus pares à aprovação desse projeto nesta Casa Legislativa a fim de reparar injustiça praticada no Brasil.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2.014

Deputado Federal Renato Simões
Partido dos Trabalhadores/São Paulo.

Deputada Federal Erika Kokay
Partido dos Trabalhadores/DF